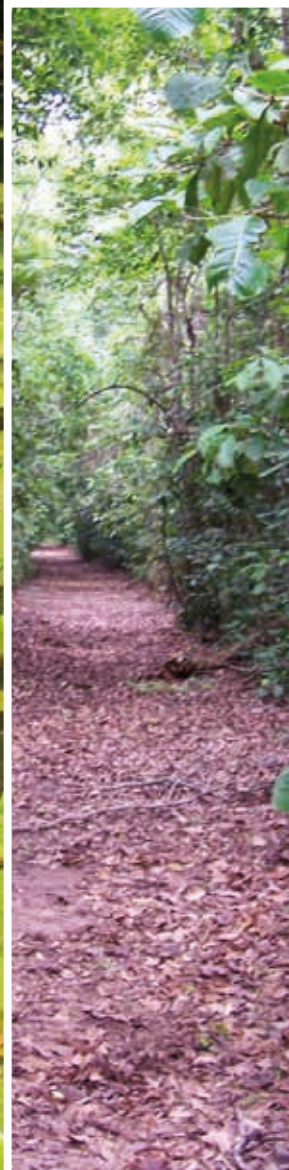
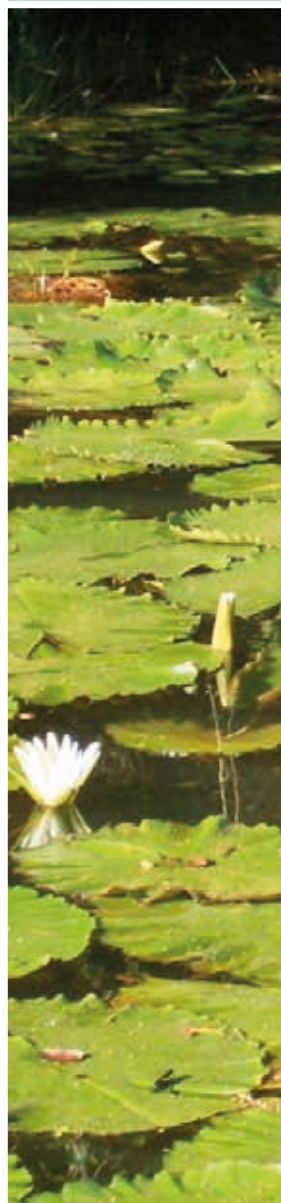
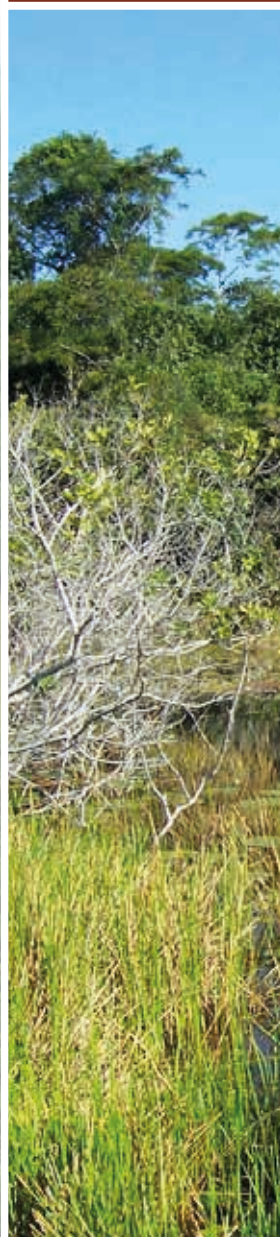


PLANO DE MANEJO / RESUMO EXECUTIVO
ESTAÇÃO ECOLÓGICA ESTADUAL DE GUAXINDIBA (EEEG)

RIO DE JANEIRO





PLANO DE MANEJO

ESTAÇÃO ECOLÓGICA ESTADUAL DE GUAXINDIBA (EEEG)

RESUMO EXECUTIVO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Sérgio Cabral

Governador

Luiz Fernando Pezão

Vice-Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA

Carlos Minc

Secretário de Estado do Ambiente

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

Marilene Ramos

Presidente

Denise Rambaldi

Vice-Presidente

André Ilha

Diretor de Biodiversidade e Áreas Protegidas – DIBAP

Daniela Pires e Albuquerque

Coordenadora de Mecanismos de Proteção à Biodiversidade – COMBIO

Patricia Figueiredo de Castro

Gerente de Unidades de Conservação de Proteção Integral – GEPRO

Eduardo Ildefonso Lardosa

Chefe do Serviço de Planejamento e Pesquisa – SEPES

Vânia Coelho

Chefe da Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba – EEEG

Equipe Técnica de Revisão e Adequação – INEA

Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas - DIBAP

Eduardo Ildefonso Lardosa - SEPES/GEPRO

Cristiana Pompeo do Amaral Mendes - SEPES/GEPRO

Marcelo Felipe - Coordenador Adm. Financeiro – PPMA-RJ

Marco Aurélio Brancato - Consultor Principal Nacional do PPMA-RJ/GITEC Consult

Serviço de Regularização Fundiária – SERF/COMBIO

Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba - EEG

Vânia Coelho – Chefe da EEG

Amanda Carneiro de Oliveira - Técnico Florestal

Leonardo Bernardo Campanelli – Biólogo

Joir Ferreira Sant’Ana - Motorista e Auxiliar de Campo

Diretoria de Informação e Monitoramento Ambiental - DIMAM

Andréa Franco de Oliveira - GEOPEA

Colaboradores

Conselho Consultivo da EEG

Equipe de elaboração da proposta

Fundação Pro Vita

Augusto Sérgio Pinto Guimarães – Assuntos Institucionais

Carlos Henrique Abreu Mendes, Cleber Alho e Carlos Bernardo Tavares Bomtempo –
Consultores do Plano de Manejo

Renato Pineschi – Coordenador Técnico

Carlos Eduardo Osório – Coordenador de Meio Físico

Marco Aurélio Louzada – Coordenador de Vegetação

Renato Pineschi – Coordenador de Fauna

Airliz Barbosa – Coordenador de Socioeconomia

Verônica da Mata – Coordenador de Hidrologia/Climatologia

Paulo César Gonçalves – Direito Ambiental

Vanessa Leão – Informações Regionais

Coriceu Bachmann – Infraestrutura Técnico-operacional

Fúlvio Viçoso – SIG

Equipe de Acompanhamento da Publicação – GEPRO/DIBAP

Patricia Figueiredo de Castro – Gerente

Eduardo Ildefonso Lardosa – Chefe do SEPES

Aline Schneider – Assessora

Márcia Rolemberg – Assessora

Equipe Executiva

Paulo Felício InfoDesign – Design gráfico

Fotografia

Vânia Coelho, Gustavo Pedro, Acervo EEEG

Mapas e bases cartográficas

Gerência de Geoprocessamento e Estudos Ambientais – GEOPEA/DIMAN

* Todos os mapas desta publicação estão disponíveis no plano de manejo.

Ficha catalográfica preparada pela Gerência de Informação e Acervo Técnico (GEIAT) do Instituto Estadual do Ambiente (INEA).

INEA. Instituto Estadual do Ambiente

Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba: plano de manejo/ resumo executivo./ Instituto Estadual do Ambiente. ---- Rio de Janeiro: INEA, 2013. 45p. il. Mapas

Conteúdo: CD – Folder para divulgação – Mapa das unidades de conservação no Estado do Rio de Janeiro – Mapa de localização da EEEG com base em imagem de Satélite – Mapa do zoneamento do plano de manejo da EEEG

1.Unidade de Conservação. 2. Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba – Plano de manejo. 3. Plano de manejo – Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba. 4. Zoneamento – Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba. 5. Mata Atlântica. I. Título. II.

CDU 502.72(EEEG)

Agradecimentos

Aos demais técnicos e funcionários da administração da Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba, da Gerência de Unidades de Conservação de Proteção Integral da DIBAP, que de uma forma ou de outra contribuíram para a elaboração deste documento.

O plano de manejo e a publicação deste resumo executivo foram executados com recursos provenientes de medidas compensatórias do licenciamento da Usina Termoe-létrica Governador Leonel Brizola (Lei nº 9.985 de 18.02.2000)

APRESENTAÇÃO

É com satisfação que, mais uma vez, avançamos no compromisso estabelecido no governo Sérgio Cabral de tornar públicas as informações do Estado, incentivando a participação e o diálogo com a comunidade.

O lançamento da revisão do plano de manejo das unidades de conservação de proteção integral do Parque Estadual dos Três Picos, da Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba e do Parque Estadual da Ilha Grande, reafirmam o nosso interesse em promover a divulgação do conhecimento, antes restrito à área técnica da instituição.

Os planos de manejo determinam o zoneamento de suas unidades, caracterizando cada uma dessas zonas e propondo seu desenvolvimento físico de acordo com as suas finalidades. A partir daí, é possível garantir maior dinamismo ao planejamento dessas unidades de conservação, participando do processo de conhecimento sobre todos os recursos que essas áreas possuem.

O INEA se orgulha do considerável fortalecimento da agenda verde no Estado, pois entende que não basta apenas criar um parque, é preciso tirá-lo do papel e isso envolve uma série de medidas, dentre as quais, a aprovação e publicação de seus planos de manejos e a transformação dos mesmos num instrumento eficaz e atualizado.

Essas publicações cumprem o objetivo de conciliar o uso público e a preservação ambiental em prol dos nossos patrimônios naturais.

Esperamos que a sociedade civil, área acadêmica de ensino e pesquisa, o setor privado, prefeituras e toda a comunidade interessada em áreas protegidas, tirem proveito desse nosso esforço.

Marilene Ramos
Presidente do INEA

A Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba foi criada no final de 2002 para proteger o maior remanescente contínuo de mata estacional semidecidual de todo o estado do Rio de Janeiro. Também conhecido como “mata de tabuleiro”, este é seguramente um dos ecossistemas mais ameaçados da mata atlântica fluminense, uma vez que a sua área de ocorrência coincide, grosso modo, com o Norte/Noroeste do estado e com o vale do Paraíba do Sul, justamente as regiões mais impactadas pelos diversos ciclos econômicos responsáveis pela conversão, no passado, de centenas de milhares de hectares de matas virgens em áreas para cultivo e pastagens.

Localizada em um município jovem, São Francisco de Itabapoana, com escassos 15 anos de idade, esta unidade de conservação foi criada devido aos veementes alertas de ambientalistas e de técnicos dos órgãos ambientais do governo do estado quanto à necessidade de se deter imediatamente o processo de destruição da tristemente famosa “Mata do Carvão”, nome sintomático dado àquele remanescente e que bem ilustra a ação impiedosa das carvoarias locais, mais tarde substituídas pela extração seletiva de essências florestais nobres, como a ameaçadíssima peroba-de-campos.

Sua decretação deu-se em meio a feroz oposição de alguns proprietários rurais da região, que se valeram de números fantasiosos e buscaram respaldo na classe política da cidade e na mídia impressa local para profetizar uma suposta “catástrofe social” com a consagração de seus escassos 3.270 hectares de mata, áreas alagadas e uma porção já degradada à preservação ambiental. Vale observar, aqui, que a inclusão de algumas centenas de hectares hoje descaracterizados deu-se visando a sua futura regeneração com espécies típicas daquele ecossistema, de forma a termos novamente um contínuo florestal viável para sustentar populações de algumas de suas espécies animais e vegetais mais preciosas.

O tempo, senhor da razão, encarregou-se de desmentir tais prognósticos sombrios, e hoje, quando se encontra próxima de completar sua primeira década de existência, a Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba recebe o impulso que faltava para a sua definitiva implantação: trata-se da primeira unidade de conservação estadual a ter sido totalmente demarcada; o complexo administrativo de sua sede, compreendendo a sede propriamente dita, centro de visitantes (para grupos com finalidade pedagógica, especialmente escolares), alojamentos para guarda-parques e pesquisadores e casa do chefe começará a ser construído em muito breve, em terreno gentilmente cedido ao INEA pela Prefeitura Municipal de São

Francisco de Itabapoana; seu conselho consultivo foi democraticamente constituído e se reúne com regularidade para discutir os principais problemas da unidade; e encontram-se em tramitação avançada os processos judiciais para desapropriação de cerca de 80% de suas terras, outra medida pioneira no âmbito estadual.

Pois a estas conquistas, agora, soma-se a aprovação pelo Conselho Diretor do INEA do seu plano de manejo. Fruto da proposta apresentada pela Fundação Pro Vita, contratada para este fim com recursos das medidas compensatórias da Usina Termoelétrica Governador Leonel Brizola, que foi revisada e adequada por um conjunto de técnicos do INEA, e devidamente chancelada pelos membros do seu conselho consultivo. Agora o zoneamento ambiental da unidade encontra-se pronto, sua zona de amortecimento perfeitamente definida e a administração tem em mãos valiosa ferramenta para balizar suas ações futuras em três linhas de atuação prioritárias: proteção dos remanescentes, recuperação das áreas degradadas e integração com a região da unidade, que objetiva tornar mais conhecida e aceita a estação ecológica junto à população local – sendo que as crianças e os adolescentes serão os vetores principais desta aproximação tão urgente e necessária.

André Ilha

Diretor de Biodiversidade e Áreas Protegidas do INEA

Índice Geral

1 - Informações gerais da unidade de conservação	12
1.1 - Ficha técnica da unidade de conservação	12
1.2 - Acesso à unidade	15
1.3 - Histórico de criação da unidade	16
1.4 - Origem do nome	18
2 - Análise da UC e seu entorno	19
2.1 - A situação atual da cobertura vegetal da EEEG	19
2.2 - A situação atual da fauna na EEEG	20
2.3 - Caracterização das populações do entorno	23
2.4 - Ocorrências de fogo	25
2.5 - Situação fundiária da EEEG	25
2.6 - Atividades desenvolvidas na unidade de conservação	28
2.7 - Usos e ocupação do solo	28
2.8 - Visão das comunidades sobre a unidade de conservação	28
2.9 - Aspectos institucionais da unidade de conservação	29
2.10 - Declaração de significância	31
2.11 - Problemática	32
2.12 - Potencialidades	32
3 - Planejamento	33
3.1 - Objetivos específicos do manejo e normas gerais da unidade de conservação	33
3.1.1 - Objetivos específicos do manejo	33
3.1.2 - Normas gerais da unidade de conservação	34
3.2 - Zoneamento da EEEG	35
3.2.1 - Zona intangível	35
3.2.2 - Zona de recuperação	35
3.2.3 - Zona de uso conflitante	36
3.2.4 - Zona de interferência experimental	37
3.3 - Zona de amortecimento	39
3.4 - Planejamento por áreas de atuação – áreas estratégicas	42
3.4.1 - Área estratégica interna – Fazenda São Pedro de Alcântara	42
3.4.2 - Área estratégica interna – administração	42
3.4.3 - Área estratégica externa – comunidade do Vilão	43
3.4.4 - Área estratégica externa – comunidade do Carrapato	44
3.5 - Planos setoriais – resumo	44
3.6 - Projeto específico	45
3.7 - Monitoramento e avaliação do plano de manejo	45

Lista de Quadros

Quadro 1.1 - Linhas e horários de interesse para a EEEG	16
Quadro 3.1 - Síntese dos planos setoriais e seus respectivos programas	44

Lista de Tabelas

Tabela 2.1 - Superfície e percentual correspondente a cada categoria de uso do solo/cobertura vegetal na EEEG	21
---	----

Lista de Fotos

Foto 1.1 - Ponto de ônibus próximo à EEEG	16
Foto 1.2 - Vista de sobrevoo da estação	18
Foto 2.1 - Vistas diferenciadas das fisionomias presentes na EEEG	21
Foto 2.2 - Papagaio-chauá (<i>Amazona rodochorytha</i>)	22
Foto 2.3 - Cabeça-encarnada (<i>Pipra rubrocapilla</i>) espécie ameaçada no estado do RJ	22
Foto 2.4 - Carrapateiro (<i>Milvago chimachima</i>)	22
Foto 2.5 - Gavião-carijó (<i>Rupornis magnirostris</i>)	22
Foto 2.6 - Sapinho-da-areia (<i>Rhinella pigmeus</i>)	23
Foto 2.7 - Perereca-verde (<i>Hypsiboas albomarginatus</i>)	23

Lista de Figuras

Figura 1.1 - Acesso rodoviário à EEEG	15
Figura 2.1 - Limites aproximados da Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba com exibição do uso/ cobertura das áreas próximas	20
Figura 2.2 - Uso do solo e cobertura vegetal na EEEG	20
Figura 2.3 - Localidades no entorno da EEEG	24
Figura 3.1 - Zona intangível da EEEG	35
Figura 3.2 - Zona de recuperação	36
Figura 3.3 - Uso conflitante – Estrada Carrapato-Guaxindiba e linha de transmissão Ampla	37
Figura 3.4 - Interferência experimental – cinco zonas distintas e com enfoques diferentes	39
Figura 3.5 - Zona de amortecimento	40
Figura 3.6 - Mapa de zoneamento da EEEG e respectiva zona de amortecimento	41
Figura 3.7 - Polígono - AEI Fazenda São Pedro	42
Figura 3.8 - Área estratégica – administração	43

1 - INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

A Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba (EEEG) constitui-se em uma área dotada de atributos naturais excepcionais, sendo parte integrante do bioma mata atlântica protegendo um dos maiores remanescentes de floresta estacional semidecidual do estado do RJ.

Criada em 2002, por meio do Decreto Estadual nº 32.576, tem como principal objetivo a preservação e conservação da natureza, sendo permitidas atividades de pesquisa científica e aquelas com finalidades educativas.

É uma unidade de conservação de proteção integral, sendo administrada pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA, através da Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas – DIBAP.

1.1 - FICHA TÉCNICA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO	
Nome da unidade: Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba	
Endereço da Sede: Praça dos Três Poderes s/nº. (*)	
Bairro: Centro	Cidade: Campos dos Goytacazes, RJ
CEP: 28230-000	Telefones: (22) 2789-1717 / (21) 8596-5188
E-mail: eeeg@inea.rj.gov.br	Fax: (22) 2731-5567
Rádio frequência: não dispõe	
Recursos humanos: 01 chefe da unidade (técnico cedido pela Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento – SEAPPA/RJ) 01 técnico florestal (servidor do INEA) 01 motorista (servidor cedido pela SEAPPA/RJ) 01 biólogo (servidor do INEA).	
Infraestrutura: Atualmente o escritório da EEEG está instalado, provisoriamente, em Campos dos Goytacazes, no prédio da Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento. A EEEG conta com um veículo Nissan Frontier 4x4 diesel, 2006, alguns móveis de escritório e equipamentos de campo (1 binóculo, 1 clinômetro, 2 GPS (Garmin e Explorist 400), 3 câmeras fotográficas, 1 computador e 1 impressora multifuncional).	

A ESTAÇÃO ECOLÓGICA ESTADUAL DE GUAXINDIBA	
Decreto de criação: Decreto Estadual nº 32.576, de 30 de dezembro de 2002, conforme o publicado no DOE-RJ em 31/12/2002.	
Objetivos da UC: i. Preservação da natureza; ii. Realização de pesquisas científicas; iii. Visitação pública com propósitos educacionais.	
Município abrangido: São Francisco de Itabapoana, RJ	
Situação fundiária: A unidade tem 100% de seu território inserido em propriedades particulares. O INEA já iniciou os procedimentos para regularização fundiária, com os levantamentos de quantificação e identificação dos proprietários.	
Superfície: 3.260ha	Perímetro: 49.500m
Altitude: 25m	Coordenadas geográficas: A EEEG encontra-se inserida geograficamente nas coordenadas UTM (WGS 1984, 24K): - canto superior esquerdo: 279.610, 7.636.956 - canto inferior direito: 286.845, 7.625.474
Solos dominantes: Latossolos e Argissolos Amarelos; Gleissolos Háplicos, Melânicos e Sállicos e Neossolos Flúvicos; Neossolos e Espodossolos; e Argissolos Vermelho-Amarelos e Latossolos Vermelho-Amarelos.	
Clima: Quente e úmido, sem inverno pronunciado, com influência marinha e estação chuvosa no verão.	
Vegetação: Floresta de tabuleiro – espécies representativas: <i>Paratecoma peroba</i> (peroba-branca), <i>Metrodorea nigra</i> , <i>Pseudopiptadenia contorta</i> (anjico-rajado), <i>Anadenanthera colubrina</i> (angicos).	
Fauna: Espécies típicas de florestas costeiras com exceção de animais que necessitam de grandes áreas para sua sobrevivência. Espécies presentes e representativas: <i>Amazona rhodocorytha</i> (chauá), <i>Alouatta guariba</i> (bugio), <i>Pipra rubrocapilla</i> (cabeça-encarnada), <i>Xipholaena atropurpurea</i> (escarradeira), <i>Crypturellus soui</i> (sururina), <i>Epicrates cenchria hygrophilus</i> (jiboia-arco-íris).	
Relevância: (1) Um dos últimos remanescentes de floresta de tabuleiro da Região Sudeste, com a presença de cerca de 10 espécies listadas como ameaçadas de extinção. (2) Pertence à Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA).	
Bioma: floresta estacional semidecidual – mata atlântica	
Ecosistema: Floresta de tabuleiro.	
Plano de manejo: Este é o primeiro plano de manejo da unidade, sendo elaborado nos princípios do Roteiro Metodológico para Elaboração de Planos de Manejo do INEA como Plano de Manejo Fase 2.	

Principais problemas:

- falta de regularização fundiária;
- retirada de madeira;
- queimadas na área do entorno imediato;
- caça; e
- em áreas particulares dentro da EEEG existem cultivos de cana-de-açúcar, mandioca e abacaxi, além de criação de gado.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES PARA O VISITANTE

Acesso à unidade: A partir do centro de São Francisco de Itabapoana, no Norte Fluminense, o acesso à sede da unidade se faz pela RJ-224 em direção norte, por 12,6 km até a Estrada da Cobiça, não pavimentada, e mais 3,5 km pela própria Estrada da Cobiça.

Não há transporte coletivo regular para as imediações da futura sede da EEEG.

GASTOS ANUAIS (APROXIMADOS) COM A UNIDADE (R\$)

	2006	2007	2008	2009 (estimado)
Estado	*****	*****	*****	–
Projetos	*****	*****	*****	25.000
Compensação	*****	*****	*****	675.000

PESQUISAS REALIZADAS NA UNIDADE/ENTORNO (QUANTIDADE)

	2004	2005-2007	2008	2009
Unidade	–	–	–	2
Entorno	1	–	6	–

CHEFIA DA UNIDADE

Nome: Vânia Maria Coelho da Silva Gomes

Escolaridade: Superior

Tempo no cargo: A partir de janeiro de 2009.

Vínculo com o INEA/RJ: Técnica cedida pela Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento – SEAPPA/RJ.

OBSERVAÇÕES GERAIS

A portaria que instituiu o conselho gestor da EEEG foi publicada em 09/12/2009, e a posse dos conselheiros ocorreu em 04/03/2009.

A futura sede será instalada na Estrada da Cobiça s/nº em São Francisco de Itabapoana.

(*) A sede da unidade, a ser construída em terreno doado pela Prefeitura de São Francisco de Itabapoana, situar-se-á na Estrada da Cobiça s/nº, bairro de Nova Belém, por enquanto atende no endereço que consta na ficha técnica da unidade.

1.2 - ACESSO À UNIDADE

A partir do Rio de Janeiro o acesso é feito através da Ponte Rio - Niterói, da BR-101 e da RJ-224 até São Francisco de Itabapoana. Desta, utiliza-se a RJ-224 para acesso oeste e as RJ-232/RJ-196 para acesso leste, conforme a Figura 1.1, a seguir.



Figura 1.1: Acesso rodoviário à EEG

- A partir do Rio de Janeiro, a empresa 1001 dispõe de horários, diariamente.
- A partir de Campos, a empresa São Joaquim dispõe de diversos itinerários e horários, diariamente.
- Acesso à EEG por ônibus a partir de São Francisco de Itabapoana

Não há linha de ônibus regular de acesso próximo ao endereço onde se localizará a sede da EEG. Há apenas linhas para imediações da unidade.

Em São Francisco de Itabapoana, a empresa Rogil Transportes Rodoviários Ltda. – Tel.: (22) 2789-1512 – opera atualmente com 3 linhas de interesse para a EEG (Quadro 1.1). Elas não possuem número. As informações concernentes a horários e itinerários são apresentadas a seguir.

Quadro 1.1: Linhas e horários de interesse para a EEEG

Linha	Saídas de SFI	Itinerário
SFI x Barra de Itabapoana (via Litoral)	7h15min; 9h; 11h; 13h; 16h; 18h.	SFI, Guaxindiba, estrada de asfalto (RJ-196), Estrada de Manguinhos (ponto mais próximo à EEEG), Buena (onde tem uma usina), Barra de Itabapoana.
SFI x Barra de Itabapoana (via Praça João Pessoa)	7h15min; 9h; 11h; 13h; 16h; 18h.	SFI, Ponto de Cacimbas, Valão Seco, Imburi da Barra, Praça João Pessoa, Bom Lugar, Travessão da Barra, Barra de Itabapoana.
SFI x Pingo d'Água (Circular)	7h30min; 10h; 12h; 16h; 18h.	SFI, Ponto de Cacimbas, estrada de barro, Pingo d'Água.

A linha SFI x Barra de Itabapoana é a que melhor atende à EEEG até a Estrada de Manguinhos, mas o acesso ainda depende de utilização posterior de carro de locação ou vans.

Existiram outras linhas, como por exemplo, SFI x Guaxindiba, SFI x Carrapato, mas, por falta de passageiros, foram retiradas de circulação. Esse déficit se deu por conta dos carros de locação e vans piratas que concorriam com as linhas.



Foto 1.1: Ponto de ônibus próximo à EEEG

- A partir do Rio de Janeiro o acesso é feito através da Ponte Rio - Niterói, da BR-101 e da RJ-224 até São Francisco de Itabapoana. Desta, utiliza-se a RJ-224 para acesso oeste e as RJ-232/RJ-196 para acesso leste.

1.3 - HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DA UNIDADE

A ideia de criar uma unidade de conservação para a proteção da então chamada Mata do Carvão aconteceu na reunião do Conselho Nacional da Reserva

.....

da Biosfera da Mata Atlântica, que ocorreu na cidade de Atibaia, São Paulo em 1999. Ali estavam definindo os limites da mata atlântica e o que seria a Reserva da Biosfera. Cada grupo temático se reuniu e dividiu regionalmente o domínio da mata atlântica em subgrupos do Nordeste, do Sudeste e do Sul.

Na plenária final, verificou-se que todas as áreas mais críticas da Reserva da Biosfera estavam bem definidas, mas existia uma lacuna ao redor da Mata do Carvão, ou seja, havia uma interrupção na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Essa situação foi exposta, informando que o nome atribuído à mata, Mata do Carvão, indicava a situação atual; a extração de madeira para a produção de carvão.

Desta forma, um breve histórico da localidade foi apresentado, de modo a esclarecer que a área, no passado, tinha praticamente dez mil hectares de mata, passando para 3.800ha, e que esse remanescente continuava a ser cortado, ao nível do solo, sem deixar tronco, uma vez que o objetivo era a produção de carvão.

O critério utilizado pelo Conselho Nacional, para considerar a área como “crítica” era baseado no conhecimento da existência de espécies endêmicas e/ou ameaçadas. Porém, a região da Mata do Carvão tinha sido drasticamente reduzida, e isolada no meio de canaviais, que a rodeavam totalmente. O motivo da inclusão daquela área era para cuidar daquele patrimônio que remanesceu, mesmo não existindo um conhecimento de fauna e flora, pois os estudos poderiam ser realizados posteriormente. Além disso, aquela localidade possui características completamente diferentes do resto do estado do Rio e que no passado dominava todo o Norte e Leste Fluminense.

Pelas considerações feitas durante a plenária resolveram, então, incluir como área crítica, a Mata do Carvão.

Quando a questão foi levada ao IEF/RJ, houve movimentação importante, não somente da comunidade científica brasileira, por causa da inclusão no Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, mas também da comunidade internacional. Muitos pedidos foram feitos e várias moções foram apresentadas, até mesmo cartas dirigidas ao Governador. Esse conjunto de esforços ativou um movimento muito grande dentro do IEF/RJ, o que permitiu começar a preparar, sistematicamente, o ato de criação da estação ecológica, cujo nome escolhido foi o de Guaxindiba. Desta forma, em dezembro de 2002, foi assinado o decreto de criação da Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba.

Houve uma movimentação contrária à criação, no âmbito local e regional, com alegações de interesses pessoais, os quais não poderiam se sobrepor aos in-

teresses difusos da criação de uma unidade de conservação. Observa-se que dois anos antes já se trabalhava para a criação da Estação de Guaxindiba, a qual havia recebido apoio de trezentas a quatrocentas personalidades do Brasil e do exterior.

1.4 - ORIGEM DO NOME

Apesar do nome Mata do Carvão ser amplamente conhecido na região, esse nome deveria ser alterado, pois não seria adequada uma estação ecológica apresentar em seu nome a palavra “carvão”, a qual daria uma qualificação negativa.

Primeiramente o nome seria Estação Ecológica do Itabapoana, porém houve uma sugestão para alterar o nome para Guaxindiba, pois havia estudos em andamento para criação de uma unidade de conservação federal na foz do Rio Itabapoana, e que a mesma teria “Itabapoana” em seu nome. Além disso, a estação ecológica estadual estava totalmente inserida na Bacia do Rio Guaxindiba, curso pouco conhecido, mas de bonita arquitetura, o qual seria assim valorizado.

Guaxindiba é uma denominação indígena originária do Tupi que quer dizer “vassouras em abundância”, referindo-se a região por possuir extensos campos com a herbácea do gênero *Sida sp.* (vassoura). Utilizada pelos indígenas na varrição e como remédio para o combate de diversos males, acabou por dar origem ao rio de mesmo nome.

Desta forma, a sugestão foi acatada e o decreto de criação da UC já a denominou como Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba. A seguir é apresentada a unidade em foto registrada em sobrevoo.



Foto 1.2: Vista de sobrevoo da estação (Foto Gustavo Pedro)

2 - ANÁLISE DA UC E SEU ENTORNO

A cobertura vegetal encontrada na Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba (EEEG) representa um dos últimos fragmentos da chamada “floresta de tabuleiros” (RUSCHI, 1950 *In*: SILVA & NASCIMENTO, 2001; RIZZINI, 1979), que outrora ocupava a porção norte do estado do Rio de Janeiro e a região sul da Bahia.

Apesar da retirada intensiva de madeira nos últimos anos, apresenta ainda espécies consideradas nobres devido ao seu valor comercial como a peroba-de-campos (*Paratecoma peroba*), peroba-amarela (*Aspidosperma polyneurum*), canela (*Tabebuia sp.*), copaíba (*Copaifera lucens*) e jequitibá (*Cariniana legalis*).

De acordo com o trabalho de SILVA & NASCIMENTO, *op.cit.*, a denominação de tabuleiro é dada pelo fato de a topografia apresentar-se plana em grandes extensões, não atingindo altitudes superiores a 200m (RIZZINI 1979). Segundo RADAMBRASIL (1983), os sedimentos cenozóicos (terciários e quaternários) não são abundantes na área da mata atlântica, situando-se principalmente ao longo da orla marítima. Deles se destacam os depósitos arenosos e argilo-arenosos de cores vivas do denominado Grupo (Formação) Barreiras, que ocorrem ao longo da costa, dos estados do Rio de Janeiro até o Pará, formando, em grandes extensões, planaltos costeiros de topos aplainados e terminando junto às praias por falésias abruptas, por vezes com mais de 20m de altura, aos quais se atribui geralmente o nome de Tabuleiros.

Atualmente, o conceito de mata atlântica é abrangente e leva em conta não somente as formações florestais nativas (floresta ombrófila densa; floresta ombrófila mista, também denominada de mata de araucárias; floresta ombrófila aberta; floresta estacional semidecidual; e floresta estacional decidual), mas inclui uma série de ecossistemas associados como os campos de altitude, brejos, tabuleiros, pântanos, lagoas, restingas, dunas, praias, rios, estuários, enseadas, sacos, gamboas, ilhas, lajes, coroas, costões e pontões rochosos e manguezais, com todas as suas variações, ocorrentes juntamente ao longo de nossa costa. Este conceito é respaldado pela Lei nº 11.428 de 22/12/2006. Sendo assim, adota-se aqui a denominação “Mata Atlântica” para se referir ao ecossistema maior, que envolve os demais citados no texto, e a denominação “floresta atlântica” quanto ao ecossistema florestal, outrora tipicamente encontrado nas baixadas e encostas litorâneas.

As matas sobre os tabuleiros distinguem-se das outras formações de mata

atlântica, *lato sensu*, por ocuparem uma extensa área de planície ou tabuleiro costeiro, de origem terciária, com suas espécies distribuídas ao longo de um gradiente climático (sentido litoral-interior). Nessas matas, as espécies que ocorrem próximo do litoral, em geral, diferem daquelas que ocorrem no interior do continente, próximo às encostas das serras, enquanto nas demais formações que abrangem as matas serranas e suas encostas as espécies se distribuem em um gradiente climático/topográfico (RIZZINI 1979, MORENO *et al.* 1998). Outro aspecto que as tornam diferentes da mata atlântica de encosta (floresta ombrófila densa), é o fato de o interior da mata sobre os tabuleiros terciários, em geral, apresentar pouca vegetação rasteira e ocorrência de espécies epífitas (RUSCHI, 1950 *in*: SILVA & NASCIMENTO, 2001). A esclerofilia, típica das matas de tabuleiro, é outra característica diferencial (RIZZINI, 1979).

2.1 - A SITUAÇÃO ATUAL DA COBERTURA VEGETAL DA EEEG

A EEEG apresenta dentro de seus limites distintos ambientes, entre os quais podem ser citados: os brejos às suas margens, a região atualmente explorada por sistemas agrícolas e pastagens e a área de floresta propriamente dita. A Figura 2.1 e a Figura 2.2 permitem observar a distribuição espacial dessas áreas na EEEG.



Figura 2.1: Limites aproximados da Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba com exibição do uso/ cobertura das áreas próximas

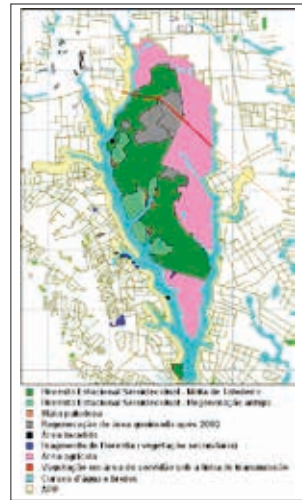


Figura 2.2: Uso do solo e cobertura vegetal na EEEG

Dentro deste conjunto de ambientes, deve-se enfatizar a existência de uma superfície aproximada de 21% da área total da EEEG, classificada como área de preservação permanente (APP) (Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; CONAMA, Resolução Nº 303, de 20 de março de 2002), desprovida de sua vegetação original, e necessitando portanto de recuperação. O dimensionamento de cada ambiente supracitado consta da Tabela 2.1.

Tabela 2.1: Superfície e percentual correspondente a cada categoria de uso do solo / cobertura vegetal na EEEG.

Categoria	Área (*)		%
	km2	ha	
Lagoas e brejos	14,20	1420,65	43,6
Mata atlântica	11,89	1189,51	36,6
Área agrícola / pastagens	6,43	643,37	19,8
Total	32,51	3.253,53	100,0%

(*) Cálculos realizados no software ARCGIS a partir da interpretação visual de imagem Ikonos (Foto 2.1)



Foto 2.1: Vistas diferenciadas das fisionomias presentes na EEEG

2.2 - A SITUAÇÃO ATUAL DA FAUNA NA EEEG

O fragmento florestal, apesar de insularizado, possui cerca de 1.200 hectares, o que representa tamanho suficiente para abrigar muitas das espécies características das florestas costeiras, excetuando-se os animais dependentes de grandes áreas florestais, como por exemplo a onça (*Panthera onça*) e o gavião-real (*Harpia harpyja*), assim como os animais cinegéticos, como a anta (*Tapirus terrestris*) e o macuco (*Tinamus solitarius*).

Os dados biológicos presentes em estudos efetuados na estação ressaltam sua importância, registrando 9 espécies constantes na lista oficial de espécies da fauna ameaçada de extinção do estado do Rio de Janeiro, como o papagaio-chauá (*Amazona rodocorytha*), o gavião-pombo (*Leucopternis lacernulata*), o cabeça-encarnada (*Pipra rubrocapilla*) e o gongolo-gigante (*Rhinocricus padbergi*).

No entorno do fragmento florestal e em sua borda existem áreas úmidas, como brejos e trechos florestais paludosos, onde ocorre fauna associada a estes habitats.

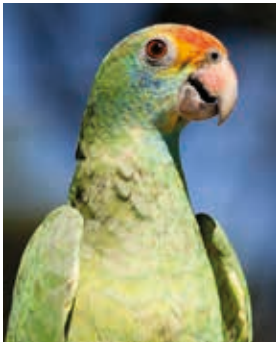


Foto 2.2: Papagaio-chauá (*Amazona rodochorytha*)



Foto 2.3: Cabeça-encarnada (*Pipra rubrocapilla*) espécie ameaçada no estado RJ



Foto 2.4 - Carrapateiro (*Milvago chimachima*)



Foto 2.5 - Gavião-carijó (*Rupornis magnirostris*)

De acordo com os resultados do levantamento do projeto de manejo sustentável de recursos naturais em Microbacias do Norte-Noroeste foram registradas 4 espécies de peixes, 23 espécies anfíbios, 12 espécies de répteis, 228 espécies de aves e 21 espécies de mamíferos. A área figurou ainda no censo de psitacídeos do estado do Rio de Janeiro (PINESCHI, 2004) como área importante para a conservação de *Amazona rodocorytha*, *Touit surda* e *Pionus menstruus reichnowii*.

No levantamento realizado durante 2006 e 2008 para elaboração deste documento, foram observadas no total 1 espécie de invertebrado, 309 de vertebrados, sendo 12 espécies de peixes de habitats lênticos, 26 espécies de anfíbios, 17 espécies de répteis, 228 espécies de aves e 26 espécies de mamíferos.

No levantamento de herpetofauna, destaca-se o registro da jibóia-arco-iris (*Epicrates cenchria*) e de um indivíduo de *Caiman latirostris* (jacaré-do-papo-amarelo).

O levantamento de ictiofauna foi o único trabalho que identificou algumas espécies diferentes no entorno em relação àquelas presentes na UC, sendo 11 identificadas no entorno e 7 na unidade.

Este baixo número de registros de fauna explica-se pela falta de amostragem em ambiente florestal sendo a maioria das espécies de ambientes campestres, paludícolas ou de borda de mata. Cabe acrescentar que apesar deste levantamento ter encontrado somente um indivíduo de jacaré-de-papo-amarelo (*Caiman latirostris*), foram avistados mais de um indivíduo da referida espécie, além da identificação de 7 espécies de anfíbio e 2 espécies de répteis durante os trabalhos para a realização da pesquisa científica “Levantamentos rápidos de anfíbio, no norte e noroeste fluminense”, a qual foi feita posteriormente.



Foto 2.6: Sapinho-da-areia
(*Rhinella pigmeus*)

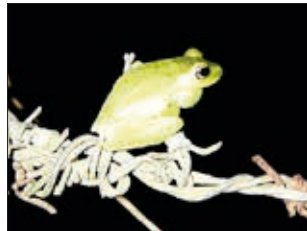


Foto 2.7: Perereca-verde
(*Hypsiboas albomarginatus*)

2.3 - CARACTERIZAÇÃO DAS POPULAÇÕES DO ENTORNO

A área onde se localiza a EEEG é de ocupação recente e não se destaca por conter elementos de importância histórica; lá também não se encontraram aspectos de importância relacionados ao patrimônio cultural, seja material ou imaterial.

Durante o levantamento socioeconômico não foi constatada, na área de estudo, práticas místico-religiosas nem tampouco manifestações culturais que possam ter alguma relação significativa com a EEEG.

O levantamento socioeconômico não identificou etnias indígenas ou populações tradicionais, mas identificou a presença de habitantes com ascendência indígena na área do entorno. Entretanto, seus depoimentos indicaram relação culturalmente distante com seus antepassados, sem que realizem manifestações específicas.

No entorno da estação ecológica foram identificadas algumas localidades que direta ou indiretamente influenciam ou sofrem influências desta proximidade: Vilão, Carrapato, Coreia e moradores da Fazenda São Pedro.



Figura 2.3: Localidades no entorno da EEEG

A comunidade do Vilão fica situada ao norte da Estação Ecológica de Guaxindiba, afastada cerca de 2.300m em linha reta da mesma, e margeia a Estrada do Vilão – Boa Sorte, que liga a localidade à Estrada RJ-204, por cerca de 800m.

A comunidade Carrapato (Nova Belém) está separada da mata pelo Brejo

.....

da Cobiça e a margeia, dos dois lados, a Estrada Nova Belém, por aproximadamente 1.700m. Possui cerca de 200 unidades residenciais e um comércio diversificado típico de pequenas comunidades (armarinhos, bares, vendas de alimentos e produtos agropecuários).

A comunidade Coreia está localizada a 5 (cinco) quilômetros da EEEG e tem aproximadamente 300 (trezentas) unidades residenciais e um comércio diversificado típico de pequenas comunidades.

A Fazenda São Pedro, até os anos 80 era uma grande propriedade com quase 2.000 trabalhadores para o corte da cana, mandioca e manejo do gado bovino. Ainda se podem ver as estruturas do alambique, da serraria e da casa de farinha que existiam na propriedade. Na fazenda morava grande número de trabalhadores em casas que eram cedidas pelo dono da propriedade.

2.4 - OCORRÊNCIAS DE FOGO

O maior impacto do fogo sobre a EEEG está associado à perda de cobertura vegetal nativa, facilitando a expansão da área ocupada por espécies invasoras. A presença destas espécies invasoras, em especial gramíneas, no interior da área florestada potencializa os danos, permitindo o alastramento das mesmas.

Considerando a situação da EEEG, cercada por cultivos de cana e pastagens, o fogo representa um dos seus maiores problemas.

Os últimos incêndios registrados para a região datam de 1990, 2001 (NASCIMENTO *op. cit.*) e 2007.

O registro dos danos causados pelo incêndio de 2001 na EEEG são apresentados por Nascimento *op. cit.*, que avalia as perdas diretas devido à passagem do fogo, assim como o esvaziamento do banco de plântulas, comprometendo a regeneração. Diversas árvores que não haviam morrido por ocasião do evento, vieram a morrer cerca de oito meses depois.

Em 2007 a EEEG sofreu dois incêndios florestais, que devastaram cerca de 6 mil metros quadrados de vegetação. Dois proprietários rurais foram autuados por promoverem as queimadas que provocaram o incêndio florestal.

Tanto os produtores quanto às usinas que beneficiarem a cana colhida após queimadas, podem ser punidos, de acordo com a legislação estadual (Lei Estadual nº 2049/92). Em 2008 seis usinas de Campos foram notificadas preventivamente para não adquirir cana queimada.

As avaliações feitas sugerem que as áreas afetadas pelas queimadas na EEG tiveram seus bancos de plântulas e jovens severamente atingidos pelo fogo, assim como as árvores adultas formadoras do dossel também.

Alterações significativas na estrutura e composição florística dos trechos de mata atingidos pelo fogo podem ser percebidas em pouco tempo, principalmente ao nível do sub-bosque com a entrada de várias espécies invasoras e pioneiras, e no futuro ao nível do dossel.

O monitoramento das matas, visando detectar e acompanhar estas alterações, é fundamental para que se possam estabelecer técnicas de manejo e recuperação para a mata da EEG.

2.5 - SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DA EEG

Em junho de 2008 foi iniciado o processo de estruturação do Núcleo de Regularização Fundiária – NUREF do IEF/RJ, hoje subordinado à Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas do INEA, com o nome de Serviço de Regularização Fundiária/SERF. Esse núcleo tem como uma de suas prioridades a regularização fundiária da Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba – EEG.

Em termos fundiários, a unidade de conservação é integrada totalmente por propriedades privadas.

O trabalho de levantamento fundiário foi iniciado por equipe contratada para realização do plano de manejo da UC, todavia o resultado apresentado não foi conclusivo, e precisou ser refeito pelo antigo NUREF.

Para tanto, a equipe do núcleo começou seu trabalho de levantamento das propriedades a partir de uma primeira visita a campo, e, com auxílio de funcionário de um dos proprietários de terras inseridas na UC, obteve informações sobre outros proprietários.

Na posse dessas informações, em novembro de 2008, foi realizada uma reunião coletiva que teve a participação dos proprietários de imóveis inseridos na EEG, do atual Prefeito de São Francisco de Itabapoana e do Procurador do Estado que atua naquela regional. Nesse momento foram prestados esclarecimentos sobre a unidade de conservação, sobre a legislação ambiental incidente e sobre o processo de regularização fundiária da unidade, bem como foi feita solicitação aos proprietários para encaminhamento da respectiva documentação imobiliária.

Em janeiro de 2009 a equipe do NUREF se reuniu novamente com todos os

.....

proprietários, inclusive com aqueles que não participaram da primeira reunião. Na ocasião foram entregues por alguns os documentos imobiliários ora solicitados, ao mesmo tempo em que foi formalmente solicitado aos demais a entrega da documentação necessária.

Durante esse processo de contato com os proprietários e de obtenção dos documentos, vários ofícios foram remetidos aos Cartórios de Registro Imobiliário dos municípios de São João da Barra e de São Francisco de Itabapoana requisitando certidões de inteiro teor e ônus reais dos imóveis inseridos na EEEG.

Em março de 2009, os trabalhos de campo foram iniciados.

Para cada imóvel foram produzidos: laudo de Identificação Fundiária; planta georreferenciada; memorial descritivo e relatório de vistoria.

A equipe realizou o levantamento fundiário de 80% da área total da EEEG, que engloba toda a área de mata e o quadrante leste da unidade, e está dividida em 26 (vinte e seis) propriedades privadas.

Foram constituídos 24 processos administrativos que contém Relatório de Identificação Fundiária - RIF, certidão imobiliária, planta e memorial descritivo, relatório de vistoria e justificativa técnico-jurídica para subsidiar as desapropriações.

Os citados processos estão retornando ao SERF com as avaliações realizadas pela Assessoria de Perícias, Cálculos e Avaliações (APCA) da Procuradoria Geral do Estado. Posteriormente, com a indicação da fonte pagadora das indenizações, serão remetidos ao Gabinete Civil para edição do decreto expropriatório.

Do total de imóveis levantados, 2 (dois) são objeto de processo de dação em pagamento, que corre junto à Procuradoria Geral do Estado (setor de dívida ativa).

No mês de agosto/2009 a equipe iniciou o levantamento fundiário da área remanescente da UC (quadrante oeste), o qual foi concluído no mês de novembro/2009. Deste trabalho resultou a elaboração de um relatório consolidado das ocupações.

No quadrante oeste foram identificadas pequenas propriedades rurais, sendo que, uma parte é utilizada tanto para moradia dos ocupantes e sua família quanto para cultivo de, basicamente, pequenas lavouras de aipim, abacaxi e cana-de-açúcar, e a outra parte dos imóveis é utilizada apenas para a plantação de pequenas lavouras.

Além do levantamento dos imóveis e ocupantes, a equipe do SERF já realizou uma medição preliminar das áreas que ficaram inseridas na EEEG, no intuito de dar encaminhamento à regularização fundiária desta parte da UC.

2.6 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Conforme disposição do SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação cabe às estações ecológicas somente a visita com objetivos educacionais. Entretanto, somente em maio de 2009 iniciaram-se visitas de escolas à EEEG, acompanhadas por funcionário da unidade. Para realização dessas visitas é necessário o encaminhamento de solicitação e agendamento prévio.

As demais atividades que ocorrem na unidade de conservação são: fiscalização — que ocorre dentro e no entorno da UC e adjacências, visitas — desde 2009 vem ocorrendo visitas de cunho educativo, com alunos e professores de escolas locais; pesquisas — diversas pesquisas vêm sendo realizadas na unidade, podem ser citadas que até o momento 6 pesquisas foram concluídas e existem 3 outras em andamento.

2.7 - USOS E OCUPAÇÃO DO SOLO

A área onde está localizada a EEEG, por estar situada em um relevo plano e por possuir brejos que cortam o relevo, proporcionou a utilização do solo para agricultura e pecuária com a utilização da água dos brejos para irrigação de tais atividades. Esta situação repete-se com similaridade em todas as áreas remanescentes recobertas por vegetação de tabuleiros, uma das feições mais ameaçadas da mata atlântica.

2.8 - VISÃO DAS COMUNIDADES SOBRE A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

A visão da população sobre a estação ainda é muito limitada, desde o total desconhecimento das diversas categorias de ocupação e monitoramento da mata até o andamento dos trâmites administrativos, legais e políticos da EEEG.

Observou-se o potencial da comunidade para internalizar estratégias corretas para o manejo da Mata de Guaxindiba, desempenhando um papel ativo na defesa e preservação do meio ambiente.

De forma geral não foram identificadas situações de conflitos potenciais, relativos à criação da EEEG, por parte da população residente no entorno da área.

Destaca-se como algo que preocupa parcela da população o fechamento do caminho que cruza a mata (estrada da Cobiça) no seu extremo norte, já que lhe

.....

facilita o acesso às escolas da rede de ensino, ao hospital municipal e à estrada principal que corta o município.

A percepção da apropriação de recursos da EEEG é algo muito claro para a população, não em relação à preservação, porém muito mais voltado para as consequências dos atos de destruição da mata e do seu entorno.

Relatos de membros da comunidade que foram presos por atos contrários à Lei do Meio Ambiente demonstram a preocupação da população sobre o motivo pelo qual membros da população mais abastada e que cometem delitos semelhantes não sofrem punições. Todas estas falas são ditas sem citar nomes dos transgressores, que seriam pessoas conhecidas na comunidade, detendo cargos públicos ou sendo atuantes na vida empresarial.

2.9 - ASPECTOS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

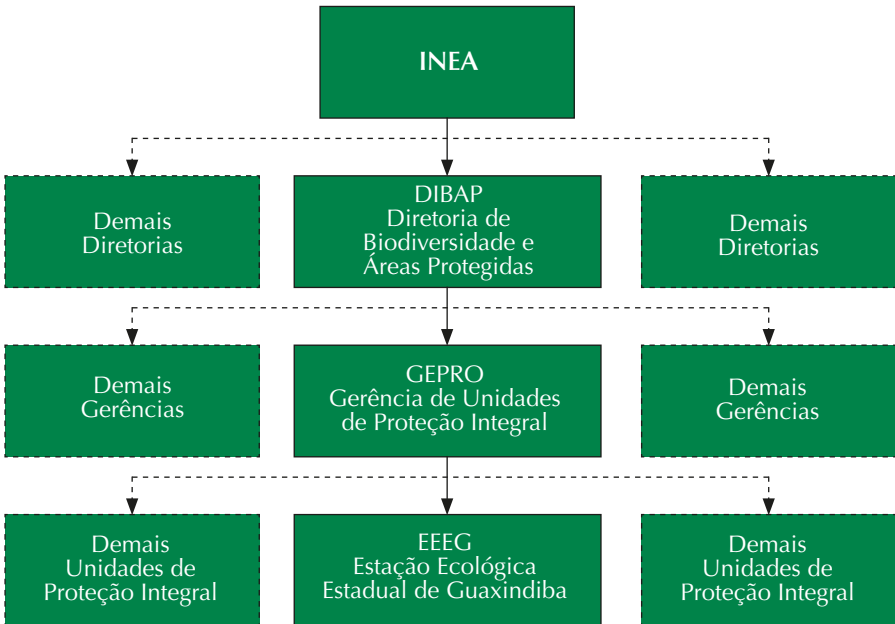
A primeira chefe da unidade, Vânia Coelho, foi nomeada em janeiro de 2009; possui 12 anos de atuação como chefe de fiscalização ambiental em 14 municípios da região que engloba a área da EEEG.

A equipe da EEEG é complementada com os seguintes técnicos/pessoal de apoio; 01 biólogo, 01 técnica florestal e 01 motorista/auxiliar de campo.

Atualmente não há sede na unidade. A chefe da unidade utiliza, quando possível, a infraestrutura de apoio (telefone e fax) do prédio da Secretaria de Agricultura do Estado, em Campos, local onde está instalada a sede provisória.

Ainda que não possua sede, a EEEG tem patrimoniado mobiliário, equipamentos e materiais de uso no campo, além de 01 veículo com tração integral (pick-up cabine dupla, diesel, 4x4).

A unidade atua sob o seguinte organograma:



É precária a comunicação com a unidade com a sede do INEA e com a sua Agência Regional de Campos. Quando possível, a chefe e os funcionários usam o telefone e o fax da Secretaria de Agricultura (SEAPPA).

A unidade possui um telefone móvel (0XX21 8596-5188) para uso da chefe da unidade.

Possui internet banda larga na sede temporária de Campos, paga por compensação ambiental.

Atualmente a EEG vem sendo custeada por meio de recursos provenientes de compensação ambiental (TERMORIO).

O KfW e a Cooperação Técnica Brasil-Alemanha tem contribuído com ações de estruturação da EEG, por meio do Projeto de Proteção à Mata Atlântica – PPMA/RJ – na aquisição de veículo para a fiscalização da UC e assessoria na elaboração/finalização do presente plano de manejo.

Há uma parceria com a Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento (SEAPPA/RJ), que cede a área de escritório onde está operando, provisoriamente, a estrutura funcional da EEG.

.....

Apoio eventual:

- Secretaria de Meio Ambiente, Defesa Civil e Ordem Pública da Prefeitura Municipal de São Francisco de Itabapoana, em autuações e fiscalizações;
- Corpo de Bombeiros Militar (CBMERJ/Campos dos Goytacazes), em ações ligadas aos incêndios causados por queimadas de cana e ações de apoio ao impedimento de retirada de madeira da área florestada;
- Polícia Militar (8º BPM), para segurança dos profissionais da unidade em ações de fiscalização e campo.

2.10 - DECLARAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA

A região onde está localizada a EEEG caracteriza-se por uma paisagem dominada por sistemas antrópicos. Ao levar em conta que esta região pertence à faixa de domínio da mata atlântica, em especial de sua formação estacional semidecidual, destaca-se a UC pela extrema importância que sua cobertura florestal assume. Aliada a esta cobertura vegetal, não merece menor consideração sua fauna associada, uma vez que representa um conjunto de espécies evoluídas com este ecossistema que outrora dominava grande parte do nordeste do estado. Nesta região resistem as últimas populações da ameaçada peroba-do-campo (*Paratecoma peroba*) e do papagaio-chauá (*Amazona rodochorytha*), ambas as espécies protegidas legalmente.

Dentre as dificuldades de manejo da UC podem ser citadas práticas ocorrentes de longa data, que são a extração de madeiras e a caça. A existência de uma estrada e de uma linha de transmissão que cortam a unidade, igualmente representam problemas para o manejo da UC, uma vez que sua destinação visa a conservação, a pesquisa e a visitação para fins de educação. Outra dificuldade de grande importância é a ocorrência de incêndios nas áreas circunvizinhas, que muito facilmente se alastram pela cobertura vegetal da unidade.

São muito limitadas as possibilidades de expansão da unidade através da implementação de corredores ecológicos, uma vez que, em seu entorno somente existem fragmentos dispersos de dimensões muito reduzidas e relativamente distantes. Tais fragmentos demandam ainda estudos, para sua caracterização, mas representam porções significativas. Anteriormente à expansão dos limites da UC, existe a necessidade de recompor a cobertura vegetal dentro de seus limites, uma vez que nela existem amplos trechos antropizados.

2.11 - PROBLEMÁTICA

Da análise dos principais problemas que foram levantados e discutidos na oficina diagnóstico rápido participativo da EEEG podem ser mencionados aqui os de maior importância:

- a pequena presença do INEA/RJ na região (pouca estrutura, ausência de sede, fiscalização deficiente e a carência de recursos humanos);
- relacionados ao primeiro aspecto, a falta de controle de acesso à estação, a coleta de plantas, a caça e a retirada de madeira;
- os decorrentes da presença humana na região, entre os quais constam os incêndios, o aporte de agrotóxicos nos rios, a disposição inadequada de lixo, a presença de espécimes animais e vegetais exóticos e/ou domésticos na unidade;
- os relacionados ao desconhecimento da unidade pela comunidade do entorno.

Ressalte-se que o último aspecto refere-se a deficiências educacionais e culturais da população do entorno, destacando:

- reduzida orientação ambiental nas escolas da região;
- reduzido conhecimento sobre a existência e a importância da mata;
- reduzido conhecimento da população sobre a importância da preservação de rios, matas, lagoas, praias;
- não permissão de trilhas para educadores;
- inexistência de instrutores para a atuação como professores na EEEG;
- reduzida conscientização da população.

2.12 - POTENCIALIDADES

A conservação da diversidade da área decretada para a EEEG é o maior potencial para a população do município. Como estação ecológica, as únicas formas de cumprir com os objetivos preceituados são o desenvolvimento de pesquisa ou seu fomento e a realização de atividades de educação ambiental.

O desconhecimento sobre a UC pela comunidade é força impulsora para a educação ambiental e revela potencial para a integração da UC à comunidade. Isto contribuiria para sua sustentabilidade, fazendo com que a estação seja conhecida e valorizada pela população, que poderá agir na preservação daquele espaço e contribuir com o poder público.

Por outro lado, a EEEG possui grande potencial como geradora de serviços ambientais, principalmente no que tange a manutenção de águas na região.

3 - PLANEJAMENTO

Este é o primeiro plano de manejo da EEEG, e o presente documento segue as diretrizes da Fase 1 do Roteiro Metodológico. Para sua realização foram iniciados estudos específicos no ano de 2006, visando a caracterização física, biótica e socioeconômica da unidade, suas fragilidades, processos de degradação e potencialidades. Seguiu-se a esse diagnóstico uma análise estratégica da unidade, definindo-se critérios para seu manejo, zoneamento e planejamento segundo o preconizado no Roteiro Metodológico para Elaboração de Plano de Manejos (IEF, 2008).

3.1 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO MANEJO E NORMAS GERAIS DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

3.1.1 - Objetivos específicos do manejo

- contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional;
- proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- valorizar, econômica e socialmente, a diversidade biológica e os recursos hídricos; e
- favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental.

3.1.2 - Normas gerais da unidade de conservação

- conforme disposto em normativas legais, o uso específico da EEEG deverá ser a pesquisa científica;
- só será permitida a entrada de pessoas pertencentes ao quadro de servidores, prestadores de serviços credenciados, pesquisadores licenciados;
- todos os funcionários da EEEG deverão vestir uniformes e portar identificação funcional;
- são proibidos, o ingresso e a permanência na UC, de pessoas portando armas de fogo, materiais ou instrumentos destinados ao corte, caça, pesca ou a quaisquer outras atividades prejudiciais aos recursos naturais da UC;
- a infraestrutura a ser instalada na unidade limitar-se-á àquela necessária para o seu manejo;
- é vedada a construção de quaisquer obras de engenharia que não sejam para apoio à administração e preservação do ecossistema da unidade, tais como rodovias, barragens, aquedutos, oleodutos, linhas de transmissão, dentre outras;
- as instalações de infraestrutura já presentes na unidade e não relacionadas com seu manejo deverão ser alvo de projeto específico visando sua remoção;
- as pesquisas científicas a serem realizadas na unidade serão autorizadas conforme regulamentação específica do órgão gestor;
- são proibidas a caça, a pesca e a apanha de espécimes da fauna e da flora, excetuadas aquelas com finalidade científica, desde que autorizadas pelo órgão gestor;
- a reintrodução de espécies da flora ou da fauna nativas somente será permitida quando orientada por projeto específico previamente aprovado pelos órgãos responsáveis;
- não será permitida a criação de animais domésticos;
- é proibido o consumo de bebidas alcoólicas; e
- é proibido fumar ou conduzir cigarros e afins, acesos, no interior da unidade.

3.2 - ZONEAMENTO DA EEG

3.2.1 - Zona intangível

Esta zona é dedicada à proteção integral de ecossistemas, dos recursos genéticos e ao monitoramento ambiental, só sendo permitida a pesquisa científica previamente autorizada e a fiscalização (Figura 3.1).

O objetivo básico do manejo é a preservação, garantindo a evolução natural.

Os específicos permeiam propiciar as condições ao meio natural de se manter isento ou com a mínima interferência possível do homem e; manter um banco genético para servir de pólo para recolonização das espécies que ocorrem na região.



Figura 3.1: Zona intangível da EEG

3.2.2 - Zona de recuperação

No caso específico da EEG, serão consideradas zona de recuperação todas as áreas que se encontram hoje no limite interno da estação com uso destinado para agricultura e pecuária, bem como todas as áreas inundadas que se encontram cobertas com espécies exóticas invasoras.

A área isolada ao sul da unidade, com presença de uma vegetação ainda perceptível, foi inserida na zona de recuperação pelo fato de seu isolamento e sua diminuta área, sendo necessário para sua manutenção um trabalho de enriquecimento florestal.

Como objetivo geral — permitir a recuperação ambiental das áreas degradadas, hoje com uso agropecuário, assim como os brejos, lagoas e rios que se encontram tomados por espécies exóticas invasoras, bem como áreas de difícil manutenção natural em seu estado atual.

Já como objetivos específicos terá: estimular a recuperação da vegetação nativa, através do isolamento de algumas áreas para recuperação natural; evitar a entrada do gado, através da instalação de cercas no perímetro da unidade; evitar a ocorrência de focos de incêndios florestais, através de programa setorial específico de prevenção e combate; recuperar os recursos florestais específicos, como introdução de ninhos artificiais, viabilizando populações de animais dependentes desse recurso extirpado no corte de árvores antigas e de maior DAP. Seriam beneficiados, dentre outros, himenópteros raros da família Meliponidae, aves ameaçadas das famílias Psittacidae, Dendrocolaptidae e Cotingidae, e mamíferos escansores em geral; monitorar a evolução da recuperação florestal, através de estudos bióticos quali-quantitativos de espécies indicadoras; desenvolver estudos específicos de manejo visando à aceleração da regeneração vegetal e; desenvolver estudos específicos visando acelerar à recuperação faunística.



Figura 3.2: Zona de recuperação

3.2.3 - Zona de uso conflitante

Espaços ocupados dentro da estação por equipamentos de infraestrutura (estradas, dutos, rede de distribuição elétrica/linhas de transmissão cap-

tações de água etc).

Os objetivos gerais desta zona englobam, a análise de viabilidade ou transferência de equipamentos públicos de utilidade como a linha de transmissão (faixa de domínio Ampla), a estrada (Guaxindiba-Carrapato) e as barragens e canais de regularização dos córregos formadores dos brejos da Cobiça e Floresta. As estradas vicinais presentes nas fazendas e dentro dos limites da UC não estão incluídas nessa tipologia, sendo inseridas na zona de uso temporário, pois possuem uso restrito às propriedades, não se constituindo em equipamentos públicos.

Como objetivos específicos a zona de uso conflitante deverá:

- desenvolver estudos para avaliar o impacto da presença desses equipamentos públicos dentro da unidade e a viabilidade de sua permanência e retirada de dentro dos limites da UC;
- desenvolver estudos de viabilidade quanto à transferência dos mesmos para fora dos limites da EEEG;
- avaliar os passivos ambientais para ressarcimento da unidade pelo impacto de sua implantação e manutenção.



Figura 3.3: Uso conflitante – estrada Carrapato-Guaxindiba e linha de transmissão Ampla (em vermelho)

3.2.4 - Zona de interferência experimental

Cinco áreas da EEEG foram determinadas como zona de interferência experimental, sendo que três delas terão cerca de 3ha destinados ao manejo intensivo,

.....

uma deverá ser destinada ao estudo com a rebrota e recuperação das perobas e uma quinta refere-se a intervenção pontual em dique.

O objetivo geral desta zona é fornecer subsídios científicos para manejo de áreas supostamente antropizadas no interior da EEEG.

Com relação aos objetivos específicos teremos:

- na área ZIE1, determinar a viabilidade do manejo de lianas e cipós na aceleração da regeneração natural de elementos arbóreos em locais alvo de queimadas no passado recente (24K 283880 7632526);
- na área ZIE2, determinar causas e efeitos na dominância monoespecífica de taboa (*Typha sp.*) no Brejo da Cobiça e sua relação com o aporte de nutrientes oriundos da ocupação humana (residencial e agrícola) a montante da UC (24K 285390 7630718);
- na área ZIE3, determinar causas e efeitos na dominância monoespecífica de piri-piri (*Cyperus sp.* e *Rhynchospora sp.*) no Brejo da Floresta e sua relação com o aporte de nutrientes oriundos da ocupação humana (agropecuária) a montante da UC (24K 283532 7628860);
- na área ZIE4, manejar rebrota de espécies específicas como *Paratecoma peroba* cortadas no interior florestal, permitindo assim salvar recurso genético de árvores emergentes;
- Na área ZIE5, rebaixamento do dique leste para restabelecimento do fluxo d'água com o monitoramento das lagoas a montante.

Caracterização/descrição com memorial descritivo

A primeira destina-se ao manejo de lianas e cipós em áreas severamente queimadas e em processo de regeneração; a segunda refere-se à avaliação da cobertura homogênea maciça, natural ou antrópica, do Brejo da Cobiça por taboas (*Typha sp.*); e a terceira refere-se à avaliação da cobertura natural ou antrópica do Brejo da Floresta por composição homogênea maciça por piri-piri (*Cyperus sp.* e *Rhynchospora sp.*). A quarta refere-se a uma área onde hoje encontram-se trilhas e clareiras, que localmente são chamadas de embarcadouros (local onde são embarcadas as madeiras no caminhões), onde a extração de perobas foi intensa. A quinta área na verdade é um ponto localizado no dique leste e que deverá ser trabalhado e monitorado.



Figura 3.4: Interferência experimental – cinco zonas distintas e com enfoques diferentes

3.3 - ZONA DE AMORTECIMENTO

Corresponde ao entorno da EEEG, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (Lei Federal n.º 9.985/2000 Art. 2º inciso XVIII).

Objetivos gerais

- ser uma zona-tampão, minimizando os impactos negativos sobre a EEEG;
- permitir o ordenamento das atividades econômicas potencialmente impactantes sobre a UC.

Objetivos específicos

- colaborar junto aos órgãos licenciadores municipais, estaduais e federais para o ordenamento de atividades potencialmente poluidoras junto aos corpos hídricos do córrego da Cobiça e córrego da Floresta;
- colaborar com os órgãos licenciadores municipais, estaduais e federais para o ordenamento de atividades do uso de recursos hídricos do córrego da Cobiça e córrego da Floresta;
- colaborar com os órgãos licenciadores municipais, estaduais e federais para o ordenamento de ocupação e uso do solo na zona de amortecimento da UC;

- colaborar com os órgãos licenciadores municipais para o ordenamento territorial nas áreas da comunidade do Carrapato e Vilão;
- ordenar processos de colheita verde (sem queima) da cana-de-açúcar na zona de amortecimento leste da estação, em cumprimento à Lei nº 2049 de 1992;
- ordenar processos quanto à utilização de agroquímicos nas áreas de fruticultura (especialmente abacaxi e maracujá) no oeste da estação;
- atuar como zona de proteção e controle à chegada de diásporas exóticas na estação; e
- atuar como zona de proteção e controle à chegada de espécies exóticas da fauna na estação.



Figura 3.5: Zona de amortecimento

A seguir é apresentado o mapa do zoneamento da EEEG e respectiva zona de amortecimento.

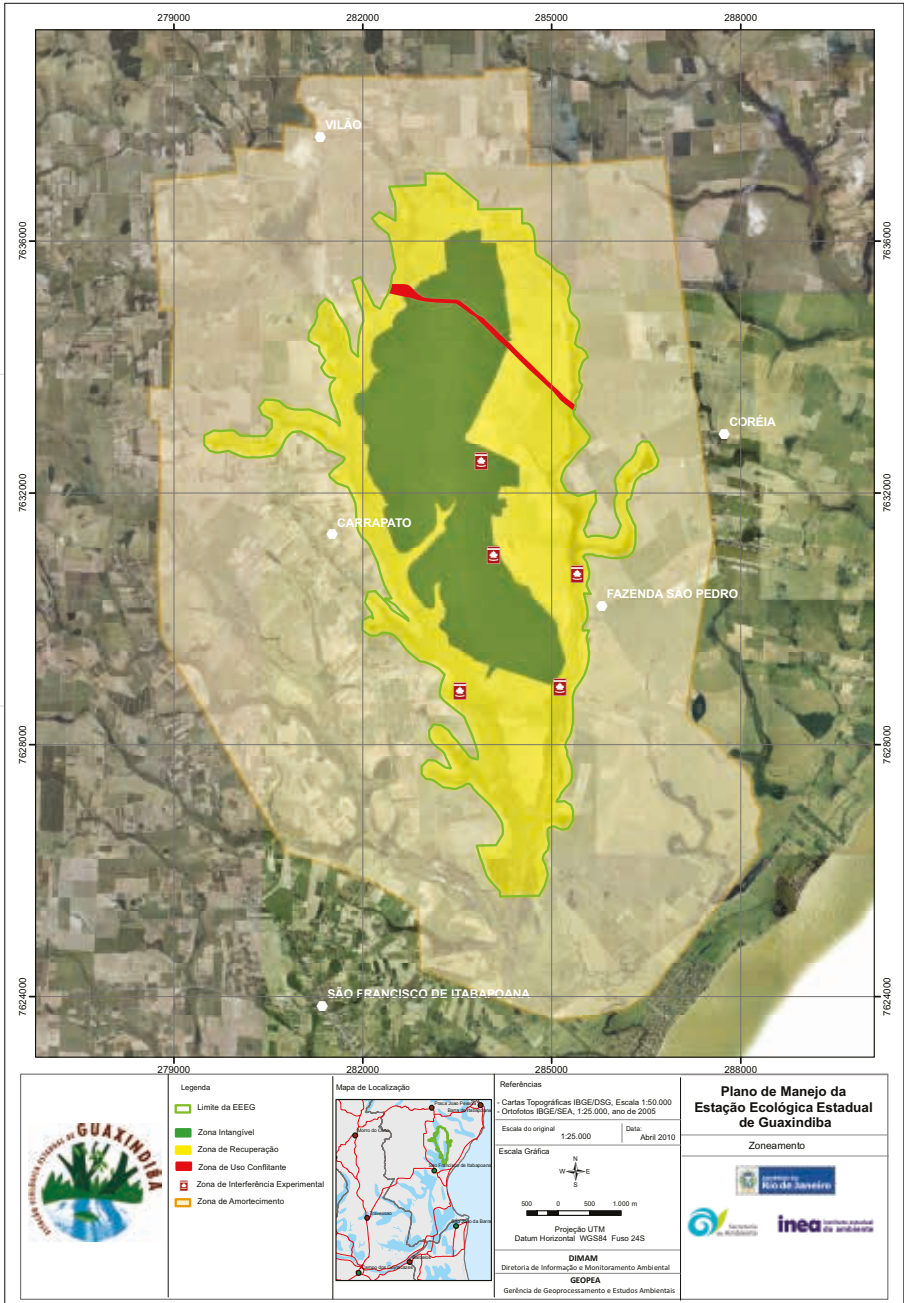


Figura 3.6: Mapa do zoneamento da EEG e respectiva zona de amortecimento

3.4 - PLANEJAMENTO POR ÁREAS DE ATUAÇÃO – ÁREAS ESTRATÉGICAS

A escolha das áreas estratégicas está centrada nos pontos fortes e fracos existentes na UC e nas ameaças e oportunidades que a região oferece. A escolha dessas áreas é baseada nos dados levantados em visitas de campo, com auxílio do chefe da unidade, assim como em informações sobre as condições de conservação, potencialidade para visitação ou necessidade de fiscalização específica, além daquelas obtidas na oficina de planejamento.

Desta forma, a equipe identifica as principais potencialidades e problemas, além das áreas que necessitam de uma atuação específica, apontando ações que levam à erradicação e/ou controle das ocorrências que possam ameaçar a unidade. Sendo assim, seguem abaixo as áreas estratégicas internas e externas:

3.4.1 - Área estratégica interna – Fazenda São Pedro de Alcântara

A AE Fazenda São Pedro é uma área composta de terras com floresta de tabuleiro, área alagada e pasto de gado bovino, sendo ela uma das principais portas de entrada para madeireiros da região.

Situada entre o limite da unidade que margeia a Fazenda São Pedro, adentrando a oeste na mata, conforme polígono apresentado na figura 3.3.1, abaixo.



Figura 3.7: Polígono - AEI Fazenda São Pedro

3.4.2 - Área estratégica interna – administração

A AE administração é composta de uma pequena área desprovida de vege-

tação, às margens da floresta da EEEG, e uma área de mata na qual será definida uma trilha para um trabalho de sensibilização com a comunidade do entorno.

Como esta área estratégica possui terras dentro da unidade e uma pequena área fora, mas bem limítrofe, devendo ser inserida nos limites da EEEG em pouco tempo, optou-se pela denominação de área estratégica interna, pois em pouco tempo toda sua área estará dentro da UC.

A área encontra-se na porção noroeste da unidade, disposta próxima de plantios de cana, dentro de uma área de pasto de gado bovino e da floresta da EEEG, conforme figura 3.3.2.



Figura 3.7: Área estratégica – administração

3.4.3 - Área estratégica externa – comunidade do Vilão

A comunidade do Vilão está situada ao norte da unidade e inserida totalmente em sua zona de amortecimento.

Os moradores dessa comunidade são pequenos agricultores e, em sua maioria, plantadores de cana.

Ações específicas no controle e redirecionamento das atividades dessa comunidade são fundamentais no sentido de minimizar os impactos do plantio e da queima da cana na EEEG, bem como o surgimento de outras atividades que possam ser tão danosas quanto a atual.

O incremento e desenvolvimento de atividades econômicas alternativas para essa comunidade deve ser uma das ações prioritárias da administração da EEEG nesta área estratégica.

Parceria com instituições como SEBRAE devem ser incentivadas no sentido

de se identificar tecnicamente as potencialidades econômicas que poderiam ser incentivadas e implementadas na comunidade do Vilão.

3.4.4 - Área estratégica externa – comunidade do Carrapato

Situada a oeste da EEG, a comunidade do Carrapato também se encontra totalmente inserida na zona de amortecimento da unidade.

Nesta comunidade, além das plantações de cana, percebeu-se presença muito forte do plantio do abacaxi. O hábito das hortas caseiras e pomares também se faz presente na mesma.

A comunidade do Carrapato deve ter as suas atividades menos impactantes incentivadas e, como na AEE da comunidade do Vilão, as atividades impactantes como o plantio e queima da cana e a pecuária extensiva devem ser motivo de análise e proposição de ações de controle e redirecionamento para atividades mais condizentes com uma zona de amortecimento de unidade de conservação.

Todas as ações propostas na AEE da comunidade do Vilão devem ser incorporadas também nesta área estratégica.

3.5 - PLANOS SETORIAIS – RESUMO

O Quadro 3.1, a seguir, apresenta a síntese dos planos setoriais e respectivos programas que serão implementados com este plano de manejo.

Quadro 3.1: Síntese dos planos setoriais e seus respectivos programas

Plano Setorial de Operacionalização	Programa de Administração e Manutenção
	Programa de Infraestrutura e Equipamentos
	Programa de Regularização Fundiária
	Programa de Cooperação Institucional
	Programa de Sustentabilidade da UC
Plano Setorial de Proteção	Programa de Fiscalização
	Programa de Prevenção e Combate a Incêndios
	Programa de Vigilância Patrimonial
Plano Setorial de Conhecimento	Programa de Pesquisa Científica
	Programa de Monitoramento Ambiental

Plano Setorial de Manejo dos Recursos	Programa de Manejo de Fauna
	Programa de Manejo de Flora
	Programa de Manejo dos Recursos Hídricos
	Programa de Recuperação de Áreas Degradadas
Plano Setorial de Integração com a Região da UC	Programa de Relações Públicas
	Programa de Educação Ambiental
	Programa de Incentivo as Alternativas de Desenvolvimento

3.6 - PROJETO ESPECÍFICO

O objetivo do projeto será o de fornecer subsídios técnicos e conceituais à implementação de ações para viabilizar o acesso à água, pelos produtores rurais que terão parte de suas terras desapropriadas, como resultado da implementação da EEEG, e que possam interferir na atividade agrícola produtiva.

3.7 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO DE MANEJO

O processo de monitoramento e avaliação constitui um instrumento central da gestão da estação para assegurar a interação entre o planejamento e a execução, possibilitando a correção de desvios e a retro alimentação permanente de todo o processo de planejamento do EEEG.

Deverá existir um programa de monitoramento e avaliação dos resultados dos programas de manejo e também o monitoramento e a avaliação do desempenho dos colaboradores (recursos humanos).

Os resultados do monitoramento e avaliação deverão ter acompanhamento de acordo com o cronograma de implementação das ações previstas nos planos setoriais e apresentados relatórios anuais da implantação do plano de manejo.

Para realizar o acompanhamento gerencial da execução das atividades deverão ser propostos indicadores de desempenho dos programas dos planos setoriais. O cumprimento dos indicadores dependerá principalmente dos funcionários e colaboradores do EEEG.

